



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

**PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE
ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

EDITAL MPF/CE n.º 12, de 20 de maio de 2024

O COORDENADOR DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União, aprovado pela Portaria PGR/MPU n.º 378, de 9 de agosto de 2010, e alterações posteriores e Resolução CNMP n.º 42, de 16 de junho de 2009, tendo em vista o disposto no Edital MPF/CE n.º 6, de 22 de abril de 2024 e no Edital MPF/CE n.º 7, de 22 de abril de 2024, RESOLVE:

I – **DIVULGAR**, nos termos dos Anexos I e II, o caderno de prova objetiva (graduação e pós-graduação) do Processo Seletivo para Estagiários em Direito (graduação e pós-graduação) da Procuradoria da República no Estado do Ceará 2024;

II – **DIVULGAR** o gabarito preliminar da prova objetiva do Processo Seletivo para Estagiários em Direito (graduação e pós-graduação) da Procuradoria da República no Estado do Ceará 2024;

III – **ESTABELEECER**, nos termos do Edital MPF/CE n.º 6, de 22 de abril de 2024, o dia 21/05/2024 para a interposição de eventuais recursos ao gabarito preliminar, os quais deverão, obrigatoriamente, ser acompanhados da capa de recurso (Anexo III deste edital);

IV – **COMUNICAR** que os recursos devem ser encaminhados ao e-mail prce-apge@mpf.mp.br no dia 21/05/2024, sendo intempestivo e, portanto, não aceito, qualquer recurso encaminhado fora desse período.

Assinado eletronicamente

FERNANDO ANTÔNIO NEGREIROS LIMA

Procurador da República

Coordenador de Estágio

Assinado com login e senha por FERNANDO ANTONIO NEGREIROS LIMA, em 20/05/2024 14:22. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave c646f37d.7cb55ca2.78296dee.58e27e72

Programa de Estágio do MPF Procuradoria da República no Ceará Área: Direito (Graduação e Pós-Graduação)

Informações gerais

- **Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:**
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova;
 - b) este caderno de prova com o enunciado das 40 (quarenta) questões, sem repetição ou falhas.
- **Ao receber a folha de respostas você deve:**
 - a) aguardar as orientações da equipe de fiscalização para o preenchimento do cabeçalho;
 - b) preencher o cabeçalho de acordo com as orientações recebidas da equipe de fiscalização;
 - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- **Durante a aplicação da prova não será permitido:**
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar-se da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, protetor auricular, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.
- O tempo disponível para esta prova será de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Reserve tempo suficiente para marcar sua folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos após o seu início.
- Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. De acordo com a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- a) Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento.
- b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- c) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- d) Negar publicidade aos atos oficiais em qualquer hipótese.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

2. Quanto aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.
- b) O poder hierárquico é o poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções dos seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- c) O poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
- d) O poder discricionário permite à Administração Pública praticar atos administrativos com liberdade de escolha, dentro dos limites legais.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

3. Assinale a alternativa incorreta a respeito dos agentes públicos:

- a) São todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
- b) Dividem-se em agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos e agentes delegados.
- c) Os agentes administrativos constituem a imensa maioria dos prestadores de serviços à Administração e são servidores públicos em sentido amplo.
- d) Os agentes honoríficos não se sujeitam à hierarquia funcional e não recebem remuneração pelos relevantes serviços prestados à Administração.
- e) Os agentes delegados são particulares que prestam serviços públicos exclusivos do Estado.

4. Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:

- a) Adota-se no Brasil a teoria do risco integral, admitindo-se excludentes do nexo causal.
- b) A responsabilidade objetiva do Estado aplica-se apenas aos atos comissivos.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- d) O Estado responde subjetivamente pelos danos causados a terceiros por atos omissivos.
- e) A responsabilidade civil do Estado é sempre subjetiva, necessitando da comprovação de dolo ou culpa.

5. No que concerne aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) São sempre vinculados, vedando-se a discricionariedade administrativa.
- b) Presumem-se verdadeiros e conformes ao direito, admitindo-se prova em contrário.
- c) Devido ao seu caráter infralegal, não se admite o controle judicial dos atos administrativos.
- d) A declaração de nulidade dos atos administrativos não opera efeitos retroativos.
- e) O motivo e o objeto são elementos dispensáveis à validade dos atos administrativos.

6. De acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é incorreto afirmar:

- a) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores.
- b) É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos.
- c) O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade.
- d) Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram.
- e) A intimação do interessado far-se-á somente por via postal com aviso de recebimento.

7. Quanto às entidades que compõem a Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta:

- a) As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público.
- b) As autarquias são criadas por lei específica para desempenhar atividades de interesse do Estado de forma descentralizada.
- c) As sociedades de economia mista são constituídas sob a forma de sociedades civis, tendo por objetivo a exploração de atividade econômica.
- d) As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, instituídas pelo Poder Público.
- e) As subsidiárias das empresas estatais podem revestir qualquer das formas admitidas em direito.

DIREITO CIVIL

8. Em relação às disposições da Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Chama-se *vacatio legis* o intervalo entre a data de publicação da lei e o início de sua vigência.
- b) A entrada da lei em vigor no território nacional regula-se pelo princípio da vigência sincrônica.
- c) Se admitida, a vigência da lei brasileira em Estado estrangeiro, esta ocorrerá no prazo de três meses após sua publicação.
- d) Publicada a lei nova revogadora, os atos jurídicos praticados com base na lei revogada no período de vacância consideram-se inválidos.
- e) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais do direito.

9. Em relação ao domicílio civil, assinale a única alternativa incorreta:

- a) O deslocamento constante da pessoa natural, a serviço, para diversas localidades, não é suficiente para caracterizar a pluralidade de domicílios.

- b) Em virtude de ser a mudança de domicílio ato praticado no âmbito da autonomia privada, não se cogita de domicílio compulsoriamente imposto por lei.
- c) Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, pode ser ela demandada no lugar em que tenha agência ou estabelecimento, que será considerado como sendo o lugar de seu domicílio.
- d) Nem todo lugar de residência da pessoa física será seu domicílio, visto ser necessário, à caracterização deste, o ânimo de permanência em definitivo.
- e) Se a pessoa exercer profissão em mais de um lugar, qualquer deles constituirá domicílio para as questões que lhe correspondam.

10. Em relação à forma e à validade dos atos jurídicos, aponte a única alternativa incorreta:

- a) São requisitos de validade dos atos jurídicos seja capaz o agente, seja o objeto lícito e possível, desde que determinado, bem como seja observada a forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) O vigente Código Civil adotou a teoria dualista do ato jurídico, distinguindo-o, pois, em atos jurídicos *stricto sensu* e negócios jurídicos.
- c) Tornando-se o objeto absolutamente impossível em momento subsequente à prática do ato jurídico, não se cogita de hipótese de invalidade.
- d) Não constitui óbice à realização do negócio jurídico a impossibilidade relativa, se a prestação puder ser cumprida por outrem que não o devedor.
- e) Entende-se por condição a cláusula, emanada da vontade das partes, que subordina o negócio jurídico a evento futuro e incerto.

11. Em relação à teoria geral dos contratos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não é aplicável às perdas inflacionárias a teoria da imprevisão, para obter a revisão dos termos contratuais.
- b) No ordenamento jurídico brasileiro, não se enquadra a perda de uma chance como bem integrante do patrimônio da vítima, de sorte a ensejar reparação pelo dano potencial, com base em um juízo de mera possibilidade de sua ocorrência.
- c) Resilição é o modo de extinção dos contratos por vontade unilateral de qualquer das partes, mediante simples declaração expressa, independentemente de explicitação dos motivos.
- d) Apesar de não contemplada expressamente no ordenamento jurídico brasileiro, a proibição de comportamento contraditório pode ter por fonte a cláusula geral de boa-fé objetiva nos contratos.
- e) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

12. Em relação à teoria da personalidade, assinale apenas a alternativa correta:

- a) A aquisição de personalidade pela pessoa natural, no Direito Brasileiro, ocorre com o nascimento com vida, independentemente de tempo mínimo de sobrevivência razoável.
- b) O conceito de personalidade, no Direito Civil, corresponde à aptidão para ser sujeito de direitos e deveres, sendo esta adquirida a partir do nascimento com vida. Por este motivo, não há fundamento legal para reconhecimento de direitos do nascituro.
- c) O Código Civil Brasileiro, ao afirmar que a aquisição de personalidade civil ocorre com o nascimento com vida, demonstra adotar a teoria natalista, apartando-se por completo da teoria concepcionista.
- d) De acordo com a teoria concepcionista, o nascituro goza de mera expectativa de direitos.
- e) A declaração da morte presumida pressupõe a declaração da ausência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

13. Assinale a alternativa que contém princípios que caracterizam os Estados-membros como entes federados:

- a) Participação e vinculação
- b) Soberania e autogoverno
- c) Participação e autonomia
- d) Soberania e participação
- e) Autonomia e soberania

14. Em relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa incorreta.

- a) É livre a manifestação do pensamento e proibido o anonimato de forma a coibir abusos no exercício daquela;
- b) A liberdade de expressão não se opõe à liberdade de ficar calado ou ao direito ao silêncio, o qual assegura a não produção de prova contra si mesmo;
- c) É garantido o direito de propriedade e, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- d) O direito de resposta significa que o órgão, setor, pessoa física ou jurídica, responsável pela informação tem o dever de lhe dar destaque idêntico, reservando um espaço ao ofendido para manifestar-se, mesmo que lhe imponha ônus;
- e) São características do princípio constitucional da República a eletividade, a periodicidade e a responsabilidade.

15. No tocante às funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- b) São funções institucionais do Ministério Público promover privativamente a ação penal pública e prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, na forma da lei.
- c) Cabe ao Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, bem como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- d) Ao Ministério Público compete exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar.
- e) É função do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, sendo vedado requisitar informações e documentos para instruí-los.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da dignidade da pessoa humana incide apenas sobre o Estado, indicando que o Poder Público deve se abster de adotar condutas comissivas que porventura violem a dignidade do ser humano.
- b) O princípio da dignidade da pessoa humana se relaciona com o direito de defesa processual.
- c) O princípio constitucional da livre iniciativa pode ser invocado para afastar regras de regulamentação do mercado e de defesa do consumidor;

- d) Os direitos protegidos por cláusulas pétreas são aqueles expressos no art. 5 e respectivos incisos da Constituição Federal.
- e) Na terceira geração de direitos fundamentais estão os direitos políticos e os direitos sociais.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) A CF poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- b) São cláusulas pétreas prevista na Constituição Federal a forma federativa de estado; voto direto, secreto, universal e periódico, separação dos poderes e os direitos e as garantias individuais.
- c) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- e) A proposta de emenda à Constituição Federal deverá ser discutida e votada, em cada casa do Congresso Nacional em um único turno, considerada aprovada se obtiver a maioria absoluta dos respectivos membros.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) O Procurador-Geral da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- b) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos.
- d) É garantido aos juízes o direito de dedicar-se à atividade político-partidária, salvo quando exercer função eleitoral.
- e) Entre as garantias que gozam os juízes, nos termos previstos na Constituição Federal, está a irredutibilidade dos vencimentos e inamovibilidade, sem qualquer ressalva.

19. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Assinale a alternativa que não constitui seu fundamento:

- a) dignidade da pessoa humana
- b) pluralismo político
- c) valores sociais do trabalho e cidadania
- d) soberania e cidadania
- e) solução pacífica dos conflitos e cidadania

DIREITO PENAL

20. Sobre os princípios do Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- I - A aplicação do princípio da irrelevância penal implica a atipicidade da conduta do agente.

II- Para o STF, a incidência do princípio da insignificância depende da concomitância dos seguintes fatores: inexpressividade da lesão jurídica provocada, mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social da ação e reduzido grau de reprovabilidade do comportamento.

III – Os princípios da legalidade e da anterioridade pressupõem a existência de lei anterior à prática de uma conduta para que esta possa ser considerada como criminosa.

IV – O princípio da fragmentariedade relativiza a proporcionalidade entre a conduta praticada e a correspondente sanção.

Estão corretas as afirmações:

- a) II e III
- b) I, II e III
- c) apenas a III
- d) II, III e IV
- e) apenas a II

21. Considere as afirmações a seguir e marque a alternativa correta:

I) A ausência de previsibilidade subjetiva, aquela que leva em conta as condições pessoais do agente, exclui o dolo.

II) O erro de tipo invencível exclui a tipicidade dolosa, mas não a culposa.

III) O arrependimento posterior não se aplica aos crimes contra a Administração Pública.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e III
- b) apenas a I
- c) todas as alternativas
- d) II e III
- e) I e II

22. Considere as assertivas a seguir:

I - A tentativa é punível nas seguintes hipóteses: ineficácia relativa do meio empregado, reação da vítima e impropriedade relativa do objeto.

II – O concurso de pessoas pode ocorrer tanto durante quanto após o cometimento de um crime, desde que haja alguma forma de auxílio posterior entre os agentes.

III – Interrompem a prescrição o acórdão confirmatório da condenação recorrível e a sentença absolutória imprópria

Estão corretos os itens:

- a) I e III
- b) I e II
- c) apenas a III
- d) todos os itens
- e) apenas a I

23. São causas de extinção da punibilidade:

- a) a morte do agente e a retratação da representação pela vítima, após o oferecimento da denúncia.
- b) a anistia, graça e perdão, nos crimes de ação penal privada condicionada à representação.
- c) o perdão judicial, nos casos previstos em lei, o indulto e a perempção.
- d) a morte do agente e a paralisação do processo por mais de dez anos, se citado por edital e revel.
- e) a retroatividade da lei que deixa de considerar o fato como criminoso e a cessação da continuidade delitiva.

24. Sobre a definição de funcionário público para fins penais no ordenamento jurídico brasileiro, considere as seguintes assertivas:

- I) Pode ser considerado funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade privada, desde que preste serviço de interesse social relevante.
- II) Somente pode ser considerado aquele que é servidor público concursado ou contratado em órgão estatal;
- III) Inclui-se no conceito quem atua em entidade de direito privado, desde que realize atividades de interesse público.
- IV) É considerado todo aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.
- V) Equipara-se a funcionário público que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

Estão corretos os itens:

- a) III, IV e V
- b) I, III e IV
- c) III e IV
- d) apenas a IV
- e) IV e V

25. João Patrício, fiscal do IBAMA, deixou de autuar a empresa de carcinicultura responsável por graves infrações ambientais em área de manguezais, atendendo a pedido de sua irmã Cecília, que disse ser a empresa pertencente a um paquera seu. João Patrício desconhecia que Cecília havia pedido o valor de R\$ 10.000,00 ao gerente da referida empresa para não ser lavrada a autuação, alegando que tal valor seria destinado ao fiscal ambiental. Considerando a situação hipotética acima descrita, é correto afirmar:

- a) João Patrício cometeu o crime de prevaricação, ao passo que sua irmã Cecília praticou o crime de tráfico de influência.
- b) João Patrício e sua irmã praticaram, em concurso de pessoas, o crime de corrupção passiva.
- c) João Patrício cometeu o crime de corrupção privilegiada, ao passo que a irmã cometeu o crime de tráfico de influência.
- d) João Patrício, por desconhecer o recebimento de qualquer pedido de dinheiro à empresa por parte de sua irmã, não cometeu crime algum. Já a sua irmã Cecília cometeu o crime de tráfico de influência.

e) João cometeu o crime de prevaricação e sua irmã o crime de corrupção passiva, pois a situação funcional do fiscal do IBAMA se comunica à irmã.

26. Antônio, sócio de empresa dedicada à fabricação de acessórios automotivos, toma conhecimento de que a empresa será fiscalizada brevemente pela Receita Federal. Procura seu primo Tácito, que trabalha no órgão, e pede para se informar quem seria o responsável pela fiscalização tributária. Tácito acessa o sistema de uso restrito dos servidores autorizados do órgão e verifica que a empresa seria fiscalizada pelo Auditor Fiscal Bernardo, passando a informação e os dados de contato do auditor a Antônio. Antônio, no mesmo dia, sabendo que a empresa sonegara muitos tributos, redige uma mensagem pelo aplicativo “Whatsapp” oferecendo a Bernardo a quantia de R\$ 50.000,00 para reduzir os valores acaso devidos pela empresa, em razão da fiscalização ainda não realizada. A mensagem não chega ao conhecimento do Auditor Bernardo, que realiza a fiscalização normalmente e autua corretamente a empresa. No entanto, a mensagem chega ao conhecimento do chefe da fiscalização, que estava na posse daquele telefone funcional e encaminha a mensagem para a apuração pelo Ministério Público Federal de possível crime de todos os envolvidos. Pergunta-se qual a afirmativa correta:

- a) Antônio e Tácito não praticaram crime algum, considerando que não houve pagamento ao fiscal ou prejuízo à fiscalização, sendo irrelevantes as respectivas condutas.
- b) Antônio praticou o crime de corrupção ativa na forma tentada e Tácito de violação de sigilo funcional.
- c) Antônio praticou o crime de corrupção ativa na forma consumada e Tácito o crime de violação de sigilo funcional.
- d) Antônio praticou o crime de corrupção ativa na forma tentada e Tácito não praticou crime algum.
- e) Antônio praticou o crime de corrupção ativa na forma consumada e Tácito o crime de prevaricação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

27. Julgue cada uma das assertivas e, ao final, marque a alternativa correta:

- I. A decisão judicial bem fundamentada deve explicar o porquê da incidência das normas jurídicas ao caso concreto, e inclusive dos precedentes utilizados para decidir;
- II. Dados componentes da quebra de sigilo bancário e fiscal não podem ser admitidos numa ação civil pública por ato de improbidade administrativa, haja vista só poderem ser utilizados para fins de instrução criminal;
- III. Para que a decisão judicial obedeça aos direitos fundamentais dos jurisdicionados, faz-se necessário que analise todos os fundamentos invocados pelas partes, ainda que não tenham pertinência para o acolhimento ou negativa do pedido;
- IV. A audiência de conciliação pode não ser realizada se as partes manifestarem desinteresse.

A opção que corresponde ao julgamento correto é:

- a) as opções II e III estão corretas
- b) as opções I e IV estão corretas
- c) todas as opções estão corretas

- d) apenas a opção IV está correta
- e) as opções III e IV estão corretas

28. Marque a assertiva correta:

- a) toda decisão que decidir apenas parcela do pedido, em face de alguns dos réus, será considerada sentença, porque terá julgado o mérito;
- b) a legitimação da parte, mesmo nas ações coletivas, é sempre derivada da coincidência entre a titularidade do direito afirmado em juízo e a condição de parte na demanda;
- c) é possível o aproveitamento de atos processuais que fujam à forma legal desde que alcancem sua finalidade ou não prejudiquem as partes, haja vista que, em tema de nulidades, vigem os princípios da finalidade e do não prejuízo;
- d) cabe ao juiz definir o fundamento da intervenção do MP na ação, enquanto fiscal da ordem jurídica, e sobre a sua necessidade de se manifestar sobre o mérito do processo;
- e) advindo um fato superveniente à fase de instrução processual, mas que tenha relevo para o julgamento do mérito da causa, não precisam ser consultadas nenhuma das partes para que o juiz o considere na decisão da causa, porque a fase de juntada de novos documentos e, enfim, requerimento de provas, resta preclusa.

29. Marque a alternativa incorreta:

- a) as regras sobre distribuição do ônus probatório servem para orientar as partes no sentido de preconizar a quem cabe o encargo da prova (ônus subjetivo) sobre determinado fato e ao juiz porque identifica sobre quem recairá o descumprimento do encargo, caso não demonstrados cada um dos fatos articulados pelas partes, no caso de insuficiência da prova produzida;
- b) nem toda falta de pressuposto processual deve ser reconhecida de ofício, tampouco o reconhecimento de sua ausência implica, necessariamente, na extinção do processo sem apreciação do mérito; citem-se os casos da prorrogação da competência relativa, da remessa do processo para o juiz competente para julgamento da causa nos casos de incompetência absoluta e de existência de convenção de arbitragem não alegada pela parte;
- c) a falta de comparecimento de um dos cônjuges ao processo nas ações que discutem direito imobiliário é causa de ilegitimidade *ad processum*, ou seja, falta de capacidade processual caso em que um vise defender tal direito sem a concordância do outro; ambos devem ser litisconsortes ativos ou passivos necessários, com as consequências daí decorrentes;
- d) em se tratando de questões comuns, mesmo em caso de litisconsórcio simples, a defesa comum de um litisconsorte aproveita os pontos que também disserem respeito ao outro que não se defendeu e figura como revel.
- e) verificando que a parte autora incapaz não está sendo devidamente representada no processo, o juiz deve, de imediato, indeferir a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito.

30. Considerando uma ação civil pública proposta pelo MPF visando impedir o funcionamento de algumas empresas por desenvolverem atividades passíveis de gerar dano ambiental em área federal, sem o devido licenciamento ambiental, julgue cada uma das seguintes assertivas para ao final assinalar a alternativa correta:

- I. Caberá apelação da decisão que excluir da lide um dos réus por ilegitimidade passiva;

II. Se a ação do Ministério Público reunir farta documentação demonstrando os fatos alegados na causa de pedir e os réus não apresentarem provas e argumentos capazes de gerar dúvida razoável sobre a pretensão autoral, o juiz poderá conceder tutela provisória para suspender o funcionamento da atividade lesiva ao meio ambiente;

III. Só caberá recurso de agravo de instrumento da decisão interlocutória que conceder a tutela provisória em favor do Ministério Público, mas não a que a denegar, pois não haveria prejuízo aos requeridos;

IV. Se na sentença o juiz apenas mencionar normas jurídicas, sem justificar sua relação com o caso concreto versado na lide ambiental, sua decisão será nula.

A opção que corresponde ao julgamento correto é:

- a) apenas a opção IV está correta;
- b) as opções I e IV estão corretas;
- c) todas as opções estão corretas;
- d) as opções II e IV estão corretas;
- e) as opções III e IV estão corretas.

31. Marque a alternativa correta

- a) pode haver julgamento antecipado parcial de mérito se parcela dos pedidos de uma ação prescindir de instrução probatória posterior, com base nos documentos já contidos no processo, caso em que poderá se formar coisa julgada em decorrência dessa decisão se não houver impugnação;
- b) em nenhuma hipótese o juiz poderá retratar-se da decisão de julgamento do mérito de uma ação, motivado por uma apelação;
- c) se dois cônjuges se divorciam judicialmente por sentença transitada em julgado eles não poderão se casar civilmente outra vez;
- d) se o réu não contestar a ação civil pública por atos de improbidade administrativa será tido por revel e, por conseguinte, serão presumidos verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, prescindindo-se da produção de provas pelo autor;
- e) o novo CPC manteve a ação declaratória incidental.

32. Julgue cada uma das seguintes assertivas para ao final marcar a alternativa correta

- I. Numa ação de alimentos movidos pelo autor que se diz filho do requerido, em nenhuma hipótese será possível a formação da coisa julgada sobre o reconhecimento da paternidade se não houve pedido inicial nesse sentido, mas apenas sobre o dever de prestar alimentos;
- II. A coisa julgada poderá atingir terceiro que poderia, mas não foi parte do processo para lhe prejudicar, como no caso do credor solidário, impedindo-lhe a rediscussão da causa;
- III. Se a parte condenada se negar a prestar conduta de fazer determinada na sentença, a prestação necessariamente converter-se-á em perdas e danos, seguindo o rito do cumprimento de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, considerando o princípio da autonomia da vontade;
- IV. O juiz não pode determinar a produção de provas para esclarecimento de pontos importantes para o julgamento da causa se as partes não requereram.

A opção que corresponde ao julgamento correto é:

- a) as opções II e III estão corretas;
- b) as opções I e IV estão corretas;
- c) nenhuma das opções está correta;
- d) apenas a opção IV está correta;
- e) as opções III e IV estão corretas.

33. O MPF propõe uma ação civil pública na Justiça Federal visando a remoção de determinado ocupante não indígena de uma terra indígena reconhecida e demarcada pela FUNAI, bem assim sua condenação na reparação dos danos ambientais e materiais produzidos em função da referida ocupação. Acerca da hipotética situação, assinale a alternativa correta:

- a) se o requerido for condenado em obrigação de fazer consistente na recuperação dos danos ambientais causados e em obrigação de pagar quantia certa, não poderão os dois capítulos da sentença exequenda serem objeto de cumprimento de sentença no mesmo processo, devido à diversidade de ritos para cumprimento de obrigações diferentes; nesse caso, será necessário a instauração de um processo de execução autônomo para satisfação de cada um dos capítulos da sentença condenatória;
- b) se a FUNAI ou a União não intervirem no processo, ainda que na condição de assistentes, o juiz federal deverá reconhecer a sua incompetência para julgar e processar a demanda por ausência de entes públicos federais participando da ação;
- c) a Defensoria Pública da União ou a FUNAI poderão propor uma outra ação postulando os mesmos pedidos contra o referido ocupante com base nos mesmos fatos reportados nesse processo, já que se trata de outra demanda com partes divergentes, sem que isso resulte em litispendência;
- d) considerando que as técnicas devem ser pensadas sob a perspectiva da eficácia da tutela dos direitos e da própria abertura das normas executivas, o juiz dispõe de um manancial de instrumentos para induzir ou constranger o requerido a cumprir ambas as prestações de fazer e de pagar, tais como imposição de multas em caso de não cumprimento voluntário das obrigações, sequestro de valores nas contas do réu para viabilizar a execução da recuperação do meio ambiente etc.;
- e) se houver necessidade de um provimento cautelar para assegurar a posse e usufruto da terra pelos índios será necessário um processo cautelar autônomo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34. Sobre o Ministério Público e sua legitimidade para promover investigação criminal, marque o item correto

- a) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para conduzir investigação criminal, desde que seja constatada da ineficácia ou demora excessiva da investigação conduzida pela Polícia Judiciária.
- b) Segundo jurisprudência do STF, para que o Ministério Público possa conduzir diretamente investigação, deve cumprir os seguintes parâmetros: a) respeitar os direitos e garantias fundamentais dos investigados; b) formalizar e documentar os atos investigatórios praticados; c) respeitar às hipóteses de reserva jurisdicional; d) respeitar às prerrogativas profissionais asseguradas por lei aos advogados;

c) A Súmula vinculante 14 do STF dispõe que “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”. Diante do texto da Súmula e considerando a autonomia funcional do Ministério Público, a Súmula Vinculante 14 não se aplica à investigação criminal conduzida pelo Ministério Público.

d) Diante dos princípios constitucionais do Ministério Público, especialmente do princípio da autonomia funcional, a investigação criminal conduzida pelo Ministério Público não se sujeita a controle permanente do Poder Judiciário.

e) Segundo o STF, diante da ausência de norma legal que regule a investigação criminal conduzida por membro do Ministério Público, não existe prazo legal para conclusão da investigação, assim como não existe necessidade de prorrogação, devendo respeitar apenas o prazo prescricional do crime investigado.

35. Sobre o Inquérito policial, marque o item correto

a) O inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter jurisdicional, presidido por autoridade policial, com objetivo de colheita preliminar de provas para apurar a prática de infração penal e sua respectiva autoria.

b) Tendo em vista a interdependência entre o inquérito policial e a respectiva ação penal decorrente, o reconhecimento de eventual vício no inquérito contamina a ação penal, que deve ser necessariamente extinta.

c) Diante do princípio federativo e da existência da polícia civil e federal, compete à Polícia Federal por seu de inquérito policial investigar apenas crimes de competência da Justiça Federal.

d) Segundo jurisprudência do STF, tendo em vista ser o inquérito policial um procedimento informativo, de natureza inquisitorial, destinado precipuamente à formação da *opinio delicti* do Ministério Público, não é necessária a intimação prévia da defesa técnica do investigado para a tomada de depoimentos orais na fase de inquérito policial, não configurando violação ao contraditório e à ampla defesa.

e) Como forma de garantir o respeito ao contraditório e ampla defesa, a jurisprudência do STF entende que, requerida diligências pelo advogado do investigado durante a investigação, deverá necessariamente ser deferida pela autoridade policial, inexistindo discricionariedade para sua recusa, salvo se a diligência se mostrar claramente protelatória ou teratológica.

36. Marque o item correto.

a) Segundo o STJ, com a reforma legislativa feita pela Lei 11.719/2008, o momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória passou a ser após a resposta à acusação quando o juízo analisa a possibilidade de absolvição sumária do acusado ou processamento da ação penal.

b) Para o STJ, tanto a decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) como a decisão que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não exigem fundamentação profunda ou exauriente, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito.

c) Para que a ação penal tenha justa causa e garanta o contraditório e ampla defesa ao acusado, a denúncia ou queixa deve necessariamente trazer a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou meios pelos quais possa ser identificado, a classificação do crime, o rol de testemunha, assim como pedido de condenação e o procedimento a ser observado.

- d) Segundo a doutrina, a inépcia material ocorre quando a denúncia ou queixa não atende aos requisitos do art. 41 do CPP. Por sua vez, a inépcia formal ocorre quando a denúncia ou queixa não se encontra respaldada por um lastro probatório mínimo exigido para instauração de um processo penal.
- e) A inépcia da peça acusatória deve ser arguida na resposta à acusação sob pena de preclusão.

37. Sobre a Ação Penal, marque o item correto.

- a) Ainda que a ação penal tenha relação com o jus puniendi do Estado, por se tratar de norma de natureza processual, tem aplicação imediata e não pode retroagir, ainda que mais favorável ao réu ou acusado.
- b) A análise das condições da ação penal deve ser feita no juízo de admissibilidade da peça acusatória, não mais podendo ser analisada em decorrência da preclusão.
- c) Na ação penal privativa, a ausência de pedido de condenação na queixa resulta na impossibilidade jurídica do pedido por se tratar de requisito legal previsto no art. 41 do CPP.
- d) A justa causa enquanto requisito para propositura de ação penal pode sempre ser analisada por meio de *habeas corpus*.
- e) As condições genéricas da ação penal devem estar presentes em todas as ações penais, enquanto as condições específicas somente devem estar presentes quando expressamente previstas em lei, como a necessidade de requisição do Ministro da Justiça nos crimes a ela condicionada.

38. Sobre a prisão em flagrante, marque o item correto.

- a) A prisão em flagrante é uma medida cautelar de natureza processual que dispensa ordem escrita da autoridade judicial, sendo cabível somente contra aquele que está cometendo o crime, acabou de praticar a infração e é perseguido em situação que se faça presumir ser o autor do crime.
- b) Encontra-se em flagrante presumido alguém que é perseguido em situação que se faça presumir ser o autor do crime.
- c) O flagrante esperado caracteriza-se pela ciência prévia pela autoridade policial que espera o início da execução, sem interferir, ou seja, sem que pratique induzimento, instigação ou provocação.
- d) Segundo doutrina e jurisprudência é sempre possível a prisão em flagrante em crimes permanente e habituais enquanto perdurar a permanência ou habitualidade do crime em questão.
- e) Segundo jurisprudência sumulada do STF, o poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não compreende atribuição de suas respectivas polícias legislativas para lavratura da prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito, por se tratar de atribuições exclusivas da polícia judiciária (civil e federal).

39. Considerando o texto do art. 1º da Lei 7.960/1989 que regulamenta a prisão temporária abaixo transcrito, marque o item correto:

Art. 1º Caberá prisão temporária:

- I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;
- II - quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

- a) homicídio doloso (art. 121, *caput*, e seu § 2º);
- b) sequestro ou cárcere privado (art. 148, *caput*, e seus parágrafos 1º e 2º);
- c) roubo (art. 157, *caput*, e seus parágrafos 1º, 2º e 3º);
- d) extorsão (art. 158, *caput*, e seus parágrafos 1º e 2º);
- e) extorsão mediante sequestro (art. 159, *caput*, e seus parágrafos 1º, 2º e 3º);
- f) estupro (art. 213, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único);
- g) atentado violento ao pudor (art. 214, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único);
- h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único);
- i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º);
- j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, *caput*, combinado com o art. 285);
- l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal;
- m) genocídio (artigos 1º, 2º, e 3º da Lei nº 2.889, de 01/10/1956), em qualquer de suas formas típicas;
- n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21/10/1976);
- o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16/06/1986)

a) A prisão temporária consiste em prisão cautelar de natureza processual que objetiva possibilitar as investigações de quaisquer crimes.

b) Diante do princípio da legalidade, a prisão temporária somente é cabível durante investigações feitas por meio de inquérito policial, não sendo cabível em investigações conduzidas pelo Ministério Público.

c) Segundo jurisprudência do STF, a imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial deve ser constatada a partir de elementos concretos e não apenas conjecturas, sendo vedada sua utilização como prisão para averiguação.

d) Para comprimento da presença de fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes previstos no art. 1º, III, da Lei nº 7.960/89, está autorizada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto no dispositivo.

e) Ao contrário da prisão preventiva, a prisão temporária não pode ser substituída por medidas cautelares diversas da prisão, previstas nos arts. 319 e 320 do CPP (art. 282, § 6º, do CPP).

40. Sobre a prisão preventiva, marque o item correto

a) Para jurisprudência do STJ, a prática de ato infracional antes da maioridade pelo agente pode ser considerada para justificar a necessidade de prisão preventiva, desde que considere: 1) a gravidade específica do ato infracional cometido (independentemente de equivaler a crime considerado em abstrato como grave); 2) o tempo decorrido entre o ato infracional e o crime em razão do qual é decretada a preventiva; e 3) a comprovação efetiva da ocorrência do ato infracional.

b) Segundo o §2º do art. 312 do CPP, “A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada”. Para jurisprudência do STF, a contemporaneidade se refere aos motivos ensejadores da prisão e ao fato criminoso.

- c) A prisão temporária consiste em prisão cautelar, que somente pode ser decretada por autoridade judicial competente, a partir de representação da autoridade policial, requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou de ofício, em qualquer fase das investigações ou do processo criminal, quando estiverem presentes os requisitos legais do art. 313 do CPP, ocorrerem os motivos autorizadores listados no art. 312 do CPP e se mostrarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
- d) O STF entende como constitucional a disposição prevista no art. 30 da Lei nº 7.492/86 (crimes contra o sistema financeiro nacional) que autoriza a decretação de prisão preventiva em razão da magnitude da lesão, na medida em que busca se tutelar o interesse da coletividade.
- e) Segundo jurisprudência sumulada do STJ, somente com a sentença fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo da prisão preventiva.



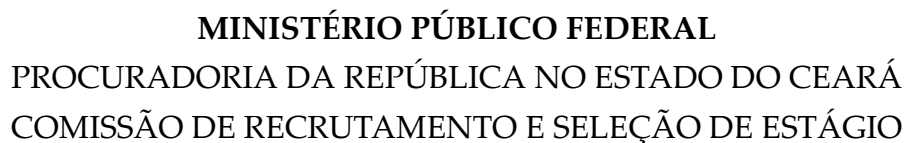
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

**PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE ESTÁGIO
DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

GABARITO OFICIAL PRELIMINAR

01	C
02	E
03	E
04	C
05	B
06	E
07	B
08	D
09	B
10	A
11	C
12	A
13	C
14	D
15	D
16	B
17	B
18	B
19	E
20	A

21	B
22	E
23	C
24	E
25	C
26	B
27	B
28	C
29	E
30	D
31	A
32	C
33	D
34	B
35	D
36	B
37	E
38	C
39	C
40	A



Observações: 1. Use folha separada para cada questão. 2. Anulada uma questão, o ponto correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. 3. Os recursos deverão ser entregues por e-mail, no prazo de 1 (um) dia útil, das 9 h às 17 horas, após a data de divulgação do gabarito preliminar.	
Disciplina:	Nº da questão recorrida:
Fundamentação do recurso:	
Fonte(s) que embasam a argumentação do candidato:	